



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 066/2002 – 15/04/2002
Ano XVIII – Edição N.º 962 – Itajá/RN, 16 de janeiro de 2019
www.itaja.rn.gov.br Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO ALAOR FERREIRA PESSOA NETO

PODER EXECUTIVO

Alaor Ferreira Pessoa Neto
Prefeito

Francisca Ednalva Pessoa Lopes e Lopes
Vice-Prefeita

PODER LEGISLATIVO

José Menino da Silva Junior
Presidente

Francisco Canindé Ferreira
Vereador

Carlos Tomaz da Silva
Vereador

Francisca das Chagas Rodrigues Ferreira
Vereadora

Carlos Marcondes Matias Lopes
Vereador

Antonio Richardson de Macedo
Vereador

José Possidônio Lopes Neto
Vereador

Maxsilvan da Cunha
Vereador

José Valderi de Melo
Vereador

Expediente:

Maria José da Silva
Secretária de Comunicação, Marketing e Publicidade

Diretor de Redação: Damião Renê Silva Bezerra

1 | P á g i n a



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 066/2002 – 15/04/2002
Ano XVIII – Edição N.º 962 – Itajá/RN, 16 de janeiro de 2019
www.itaja.rn.gov.br Email - comunicação@itaja.rn.gov.br

PODER EXECUTIVO

EM BRANCO

PORTARIAS E DECRETO

EM BRANCO

LEIS

LEI N° 348/2019 DE 16 DE JANEIRO DE 2019.

Institui o programa Medicamento em Casa - MedCasa e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJÁ, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 46, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Itajá aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Medicamento em Casa - MEDCASA, com o objetivo de encaminhar diretamente à residência das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e usuários de oxigenoterapia domiciliar portadora de doenças crônicas usuárias do SUS - Sistema Único de Saúde ou outros casos justificáveis, bem como os medicamentos de uso contínuo que lhes forem prescritos em tratamento regular.

§ 1º Para efeitos desta Lei, considera-se pessoa com deficiência motora toda aquela que por motivo de lesão, deformidade ou enfermidade congênita ou adquirida, de caráter permanente, devidamente avaliada, desde que tal deficiência, comprovadamente:

I - dificulte a locomoção na via pública sem auxílio de outrem ou sem recursos dos meios de compensação, nomeadamente próteses e órteses, cadeiras de rodas, muletas e bengalas ou congêneres, no caso de deficiência motora ao nível de membros inferiores;

II - dificulte o acesso ou utilização de transportes públicos convencionais, no caso de deficiência motora ao nível de membros superiores.

§ 2º Para efeitos desta Lei, considera-se medicamento de uso contínuo todo aquele utilizado no tratamento de doenças crônicas, disponibilizado gratuitamente para a população residente no município, com exceção dos itens relacionados na Portaria 344/98/MS ou por outro instrumento legal que a venha substituir com a mesma finalidade.

§ 3º A lista de medicamentos de uso contínuo será fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde, utilizando como referência a Relação Municipal de Medicamentos - REMUME.

Art. 2º - Além da comprovação das situações pessoais estabelecidas no art.

1º, os interessados em obter os benefícios do Programa Medicamento em Casa deverão demonstrar o preenchimento das seguintes condições:

I - que residem no município de Itajá/RN;

II - O profissional de saúde de nível superior vinculado a uma Unidade Básica de Saúde avaliará a necessidade do encaminhamento do medicamento no domicílio do paciente, mediante avaliação dos critérios estabelecidos nesta lei, assinando e carimbando o Formulário de Cadastro do Programa MedCasa.

§ 1º São documentos necessários para o cadastramento:

I - formulário de cadastro no programa "MEDCASA", devidamente preenchido por um profissional de saúde vinculado à uma Unidade Básica de Saúde;

II - cópia de documento de identidade e CPF do paciente e do cuidador e/ou familiar. Se o paciente for menor de idade, deverão apresentar cópia de Certidão de Nascimento.

III - cópia do Cartão SUS do paciente;

IV - cópia de comprovante de residência do paciente;

V - receita médica original proveniente de consulta realizada no Sistema Único de Saúde, devendo nela constar, em caracteres legíveis, os seguintes itens:

nome completo do paciente, sem abreviatura;

nome, apresentação e dose diária do medicamento de uso contínuo;

assinatura e carimbo do médico, contendo o número do CRM.

§ 2º O cadastro de que trata este artigo somente será efetivado se houver a comprovação de que o solicitante esteja dentro dos parâmetros estabelecidos no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - A implementação do Programa Medicamento em Casa será efetivada pelo poder público municipal, ou de forma indireta mediante convênio ou contrato com instituições públicas ou privadas que realizem serviços de entrega dos bens de que trata a presente lei.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Saúde poderá condicionar a concessão do benefício ao prazo de até 06 (seis) meses, o qual, a seu critério, poderá ser renovado após nova consulta médica ou reavaliação da Secretaria, se necessário.

Art. 5º - Ao Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Saúde, cabe expedir as instruções e critérios necessários ao fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 6º - As despesas decorrerão de execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - A implantação do programa MEDCASA, será de forma gradual, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.
Gabinete do Prefeito, em 16 de janeiro de 2019.

Alaor Ferreira Pessoa Neto
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

LEI N° 349/2019, DE 16 DE JANEIRO DE 2019.

Concede reajuste ao piso salarial dos Professores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJÁ, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 46, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Itajá aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica estabelecido que os ocupantes dos cargos da carreira de magistério público municipal de da educação básica do município de Itajá/RN, perceberão reajuste sobre o piso recebido, na ordem de 4,17% (quatro inteiros e dezessete décimos por cento), de acordo com o patamar salarial conforme preceitua o art. 5º, da Lei Federal nº 11.738/08 (Piso Nacional) com base no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), conforme Portaria Interministerial nº 6, de 26/12/18.

Art. 2º - Os efeitos salariais dessa lei incidiram a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2019.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itajá, 16 de janeiro de 2019.

Alaor Ferreira Pessoa Neto

Prefeito Constitucional do Município de Itajá

LICITAÇÕES

EM BRANCO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJÁ

EXTRATO DE CONTRATO N° 010401/2019
DISPENSA N° 010401/2019

CONTRATANTE: Câmara Municipal

CONTRATADO (A): Eílson Dantas Batista, inscrito, CPF: 009.013.674-86

MODALIDADE: Dispensa de Licitação.

OBJETO: Locação de imóvel para acomodação da sede da Câmara Municipal de Itajá/RN

VALOR TOTAL: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais totalizando o Valor anual de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2019.

VIGÊNCIA: 04/01/2019 a 31/12/2019.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93.

DOTAÇÃO:

Poder: 1 – Legislativa

Orgão: 1.01 – Câmara Municipal

Função: 01 – Legislativa

Proj/Ativ.: 2.001 – Funcionamento da Câmara Municipal

Nat. Despesa: 33.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - PF

Fonte: 10010000 - Recursos Ordinários

JOSÉ MENINO DA SILVA JUNIOR
Presidente da Câmara Municipal

EM BRANCO

EM BRANCO